

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT- Novembro de 2025 - Nº 898

SINDICATOS REALIZAM DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O FECHAMENTO DE UNIDADES DO BRADESCO



O movimento sindical bancário realizou, na quarta-feira (19), um dia nacional de luta contra o fechamento de unidades do Bradesco. A mobilização tomou corpo em todo o país e contou com a participação de todas as federações e sindicatos, reforçando a unidade necessária para enfrentar a política de desmonte adotada pelo banco.

Essa participação ampla foi fundamental porque o fechamento de agências atinge trabalhadores e clientes em todo o Brasil, especialmente nas regiões periféricas e cidades mais distantes dos grandes centros urbanos, que têm sofrido de forma ainda mais intensa com a redução dos pontos de atendimento.

O Bradesco, que por muitos anos fez campanha anunciando sua presença em todos os municípios brasileiros, agora segue no caminho oposto e, de maneira forçada, vem empurrando seus clientes para canais de atendimento fragilizados, como correspondentes bancários ou meios digitais. Esse movimento prejudica o atendimento presencial de qualidade e expõe a população a riscos adicionais - principalmente em localidades de difícil acesso e entre clientes com menos recursos tecnológicos, que ficam

mais vulneráveis a golpes e à exclusão financeira.

Além disso, os correspondentes bancários não são bancários e não possuem a proteção e os direitos assegurados pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). “Ao transferir o atendimento para locais onde quem recebe o cliente não é bancário, o Bradesco precariza a atividade e se exime de responsabilidade, colocando o cliente em uma situação ainda mais frágil”, destaca a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco, Erica de Oliveira.

O processo em curso foi confirmado pelo próprio presidente do Bradesco, Marcelo Noronha, em entrevista ao Valor Econômico, publicada no último dia 14 de novembro. Segundo o CEO, o banco fechou 1,6 mil pontos de atendimento físico em um ano - acima da meta - e pretende encerrar quase mil novas unidades nos próximos 12 meses.

A fala do executivo deixa claro que o processo em curso não é pontual, mas planejado. E justamente por isso, a resposta da categoria precisa permanecer firme: “Vamos seguir na luta. Essa prática afeta o sistema financeiro como um todo, mas no Bradesco o impacto nos surpreende, porque historicamente o banco defendia a presença em todos os municípios. Agora, ao fazer essa virada, deixa seus clientes com atendimento precário”, afirma a coordenadora da COE.

A Contraf-CUT, suas federações e sindicatos reforçam que não concordam com essa política e seguirão mobilizando bancários e clientes para mudar esse cenário. A luta continua - e continuará onde for necessário.

ENQUANTO CORTAM EMPREGOS, FECHAM AGÊNCIAS E ADOECEM BANCÁRIOS, BANCOS PRIVADOS JÁ LUCRARAM MAIS DE R\$ 64 BI



Nos primeiros nove meses de 2025, três dos maiores bancos privados do país - Itaú, Santander e Bradesco - já lucraram juntos R\$ 64,178 bilhões, crescimento de 17,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

Uma conta que não fecha

Por outro lado, estes mesmos bancos, extinguiram 9.099 postos de trabalho bancário em 12 meses, considerando a variação entre o terceiro trimestre de 2025 e o mesmo período de 2024, e fecharam 1.168 agências no mesmo intervalo analisado.

Além disso, o número de clientes do Santander cresceu em cerca de 4 milhões em 12 meses; no Itaú o número de clientes cresceu em 1,079 milhão no mesmo período, e, no Bradesco, em 1,1 milhão.

Para Edmilson Trevizan, presidente do sindicato, “Esta conta não fecha. Enquanto os bancos fecham unidades e cortam postos de trabalho, o número de clientes cresce exponencialmente. O resultado disso se traduz no atendimento precarizado à população e, sobretudo, em metas abusivas, mais pressão e sobrecarga de trabalho para os bancários, acarretando na evidente epidemia de adoecimento na categoria, especialmente por questões relacionadas com a saúde mental”.

Adoecimento

De acordo com dados apurados pelo jornalista

Carlos Juliano Barros, publicados na sua coluna no Portal Uol, os bancários dominam o “top 5” das atividades profissionais com mais pedidos de afastamentos por saúde mental reconhecidos como doença ocupacional (B91), ocupando duas posições: motorista de ônibus, gerente de banco, escrivão de banco, técnico de enfermagem e vigilante.

Entre as cinco atividades profissionais com maior número de afastamentos por questões de saúde mental, os gerentes de bancos são os que apresentam maior percentual de afastamentos reconhecidos como doenças ocupacionais (B91) em relação ao total de afastamentos. Do total de 13.077 profissionais que pararam de trabalhar para cuidar da saúde mental, 37,76% tiveram benefícios enquadrados como decorrentes da sua atividade.

O adoecimento da categoria bancária também fica evidente quando analisado o fato da mesma representar apenas 0,8% do emprego formal no país, mas ter sido responsável por 2,18% dos 168,7 mil afastamentos acidentários (B91) registrados em 2024.

Em 2024, os bancos múltiplos com carteira comercial ocuparam a 1ª posição entre os afastamentos acidentários por saúde mental, por atividade econômica, com 1.946 afastamentos e a 5ª posição entre os afastamentos previdenciários, com 8.345 ocorrências.

Questões relacionadas com a saúde mental foram as principais causas de afastamento de bancários em 2024: 55,9% dos benefícios acidentários (B91) e 51,8% dos benefícios previdenciários.

“Os dados revelam uma epidemia silenciosa, causada por um ambiente de trabalho extremamente adoecedor, que mantém uma pressão absurda por metas, cada vez mais abusivas, para aumentar os lucros bilionários dos bancos. Enquanto acionistas comemoram os balanços dos bancos, os bancários, organizados no Sindicato, exigem menos metas e mais saúde”, conclui o presidente do Sindicato.

**siga o sindicato no instagran
@sindbancariosprudenteregio**

CAIXA

SAÚDE CAIXA: ACORDO SERÁ ASSINADO DIA 11 DE DEZEMBRO



A direção da Caixa Econômica Federal divulgou, na terça-feira (18), um ofício destacando que as bases que não aprovaram proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do plano de saúde não poderão acessar as conquistas negociadas para o Saúde Caixa.

No ofício, a empresa argumenta que sem a adesão ao ACT, não será possível preservar o modelo de custeio do plano de saúde. "Como representantes dos empregado(a)s, vamos questionar que tipo de assistência saúde a caixa pretende implementar, e nos mantemos à disposição das bases que não aprovaram o acordo específico para o Saúde Caixa", destacou Felipe Pacheco, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa.

Após meses de negociações e de fortes mobilizações ocorridas em todo o país, o banco concordou, no dia 10 de outubro, com o reajuste zero no plano de saúde, ao aceitar a proposta dos empregados de renovação do ACT do Saúde Caixa com a manutenção do percentual do salário a ser pago pelos titulares (3,5%) e do valor fixo pago pelos dependentes (R\$ 480).

Seguindo o rito de transparência e legitimidade das decisões que afetam bancário(a)s de todo o país, a proposta foi submetida, ainda em novembro, à votação em assembleias que ocorreram em bases de todo o país. Do total de votantes no sistema centralizado pela Contraf-CUT (que representa cerca de 100 sindicatos), 65,84% foram favoráveis ao acordo.

Com a aprovação de maioria expressiva das bases, o próximo passo será a assinatura, dia 11 de

dezembro, do novo ACT Saúde Caixa, que passará a valer 1º de janeiro, com vigência até 31 de agosto de 2026.

Porém, a proposta vigente do Saúde Caixa, ou seja, não o acordo prestes a ser assinado entre o banco e a representação dos empregados, já havia sido recusado por algumas bases. E são essas que o banco informou, em ofício divulgado ontem, que não poderão acessar os direitos conquistados no acordo mais recente para o plano de saúde.

"Em um momento em que milhões de brasileiro(a)s enfrentam aumentos recordes nos planos de saúde, o reajuste zero foi uma conquista dos empregado(a)s da Caixa", afirmou Felipe. "Nós vamos, agora, avaliar os impactos deste ofício, analisaremos os pontos colocados pelo banco, nos mantendo à disposição das bases afetadas", reforçou o coordenador da CEE.

Veja abaixo o resumo das conquistas na proposta que será assinada em 11/12.

Pauta de Reivindicações Atendidas

- Reajuste zero, permanecendo as regras atuais;
- Respeito ao pacto intergeracional e mutualismo;
- Ampliação do plano de saúde para filhos até 27 anos (R\$ 800,00);
- ACT válido até a próxima data-base (31/08/2026).

Outros pontos negociados em 2025

- Serão vertidas ao Saúde Caixa as contribuições, patronal e pessoal, incidentes sobre valores pagos a empregados e ex-empregados, decorrentes de processos judiciais trabalhistas individuais, coletivos e acordo judiciais que tenham como objeto parcelas de natureza salarial. (a partir da assinatura do acordo);
- Carência de 3 meses para novos contratados;
- Elaboração de medidas estruturantes em 2026, com vistas à sustentabilidade do plano. Com retomada já em fevereiro das mesas permanentes de negociação com vistas a preparar o debate para o próximo ano.

MANTENHA-SE INFORMADO

www.bancariosprudente.org.br

COE COBRA TRANSPARÊNCIA, PROTEÇÃO NO TELETRABALHO E RESPONSABILIDADE DO ITAÚ DIANTE DE FECHAMENTOS E REESTRUTURAÇÕES

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com a direção do banco na terça-feira (18) para tratar de teletrabalho, fechamento de agências e reestruturação. O encontro foi marcado por cobranças firmes da representação dos trabalhadores, que voltou a denunciar práticas abusivas, falta de transparência e impactos profundos sobre a saúde e a estabilidade dos bancários.

Teletrabalho: práticas invasivas e compromisso por novas cláusulas

A COE entregou ao banco um ofício com os pontos que precisam ser melhorados e incorporados para garantir a proteção dos trabalhadores no teletrabalho. O documento reforça a necessidade de regras, respeito à privacidade, transparência e mecanismos formais de feedback que impeçam arbitrariedades - especialmente após as demissões motivadas por monitoramento excessivo em setembro.

Após a cobrança, o Itaú se comprometeu a construir, de forma conjunta com a COE, cláusulas específicas que assegurem proteção real aos bancários em regime remoto.

Fechamento de agências: sobrecarga, desassistência e falta de critérios

O banco confirmou o fechamento de 241 agências, restando ainda nove unidades em processo de encerramento. Do total de trabalhadores atingidos, 79% foram realocados - muitas vezes em condições inadequadas -, 3% pediram demissão devido à pressão e 18% foram desligados, número alarmante diante da alta lucratividade do Itaú.

A COE relatou inúmeros casos de unidades receptoras superlotadas, com estrutura incapaz de absorver o aumento de clientes e demandas. Em muitas delas, o acúmulo de funções se tornou insustentável, provocando sobrecarga física e emocional.

A falta de critérios no processo de fechamento e a ausência de diálogo com os sindicatos também foram criticadas. Para a COE, a população tem sido diretamente prejudicada - especialmente idosos, aposentados e moradores de regiões periféricas, que ficam desassistidos e com atendimento precarizado.

Avaliação dos realocados: opacidade e insegurança

Outro ponto de preocupação é o processo de avaliação dos trabalhadores realocados. A COE apontou que a falta de transparência abre espaço para subjetividade, insegurança e punições arbitrárias. Com mudanças intensas de rotina, metas e atribuições, trabalhadores vêm sendo submetidos a um ambiente de medo e incerteza.

O Itaú reconheceu que a organização interna passa por constante transformação e confirmou que seguirá fechando agências. Mencionou ainda reformas estruturais e negociações com o INSS para lidar com superlotações - medidas consideradas reativas e insuficientes pela COE.

Reestruturação até 2030: falta clareza e preparo

O banco informou que até 2030 passará a operar dividido em seis segmentos: Agro, Person, Média Renda, Massificado, Aposentados e Servidores. A COE questionou o impacto concreto dessas mudanças no cotidiano dos bancários, bem como as qualificações e treinamentos necessários. Hoje, há desinformação e metas incompatíveis com o novo modelo, o que tem ampliado o adoecimento e a rotatividade.

Responsabilidade social: discurso não condiz com a prática

Para a COE e os sindicatos, a postura do Itaú está distante do discurso público de responsabilidade social. O fechamento acelerado de agências, a redução de quadros, a sobrecarga e o adoecimento crescente revelam uma política de redução de custos a qualquer preço, impulsionada pela disputa com bancos digitais.

Banco apresenta dados do Banco de Horas e promete retomada do GERA

O Itaú apresentou os resultados da compensação semestral do Banco de Horas. A COE cobrou a retomada das reuniões do GERA, espaço essencial para corrigir distorções e proteger os trabalhadores. O banco se comprometeu a marcar nova rodada de discussão.